

# DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

## *Apresentação*

Em 2014, nas cerimônias sobre os 50 anos do golpe de 1964, dificilmente alguém falaria (e alguém acreditaria) que, dez anos depois - nós, historiadores - celebraríamos essa nova década com gosto de fel na boca. Rememorado com grandes eventos, publicações importantes e ampla divulgação na mídia, o marco dos 50 anos se integrou a um vigoroso trabalho da Comissão Nacional da Verdade (CNV). A entrega do seu Relatório Final (2014), já era prenúncio do que viria na próxima década.

Compreendido entre a lei de criação da CNV, em novembro de 2011, e a entrega de seu Relatório Final, em dezembro de 2014, o “momento CNV”<sup>1</sup> oportunizou um aumento considerável da documentação existente e também uma ampliação das temáticas e pesquisas sobre o período da ditadura brasileira. Por outro lado, a conjuntura política, econômica e social, estimulou pesquisadores a buscarem os rastros do

---

1 O “momento CNV” compreende o período que se estende desde a criação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e daquela que criou a Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528/2011), em 2011, até a entrega do Relatório Final da CNV, em dezembro de 2014. Neste “momento” estão sendo compreendidos o conjunto de ações, personagens e movimentos, incluindo as atividades de todas as outras comissões que foram criadas no período, que trabalharam em prol da justiça transicional do nosso país. MÜLLER, Angélica. Prefácio. In: FAGUNDES, Pedro Ernesto et al. (orgs.). *Brasil e as disputas do tempo presente: da ditadura militar às Comissões da verdade*. Coleção Passado Recente. Serra: Identidade editorial, 2024. p. 7-8.



período ditatorial no presente. A crise instalada após o golpe institucional de 2016, que depôs a presidente Dilma Rousseff, orquestrado pelo Congresso, Judiciário, militares e com apoio da mídia, levou, como afirmam as historiadoras Angélica Müller e Francine Iegelski, a abertura de um novo capítulo para pensarmos a História do Brasil República, “uma vez que o golpe de 2016 aparece também como o desfecho de um processo, marcado por tensões e lutas políticas, que começou em 1985, com o processo de redemocratização do país depois dos duros anos da ditadura militar”<sup>2</sup>.

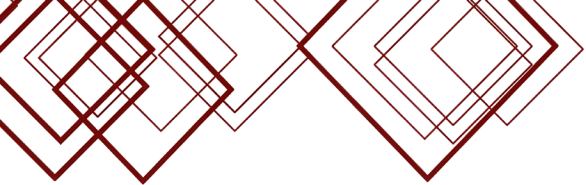
A despeito de todas as disputas sobre o passado ditatorial e o nosso presente, que muitas vezes nos parecem onipresentes, os desdobramentos deste contexto recente suscitaram uma transformação historiográfica na área de História, especialmente em torno dos estudos sobre a história do tempo presente brasileiro.

9

O meio acadêmico, que já possuía uma produção multidisciplinar consistente sobre a ditadura militar, não se furtou a colaborar na contextualização desta nova conjuntura. As contradições presentes no tempo da Nova República têm exigido a ação pública do historiador – sua responsabilidade crítica, ética e social – e sua forma de fazer História: o que tem evidenciado a necessidades de os pesquisadores da temática assumirem seu lugar no presente, sendo capazes de analisar contextos históricos mais recentes, com fortes impactos na vida contemporânea. Nosso presente, marcado por permanências e discontinuidades de um passado autoritário, encontra-se cada vez mais polifônico no que diz respeito às narrativas desse pretérito.

---

2 MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. O Brasil e o tempo presente. In: FERREIRA, Jorge.; DELGADO, Lucília A. N. (orgs.). *O Brasil republicano: o tempo da Nova República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2028. p. 22.



Ao longo das últimas décadas, parecia ter se estabilizado a ideia de que a democracia estava consolidada no país. Contudo, o retorno dos militares à cena pública e as recentes crises políticas ampliaram a polarização dos debates públicos. Tal discussão serviu para legitimar a retórica autoritária e saudosista sobre a ditadura, especialmente entre segmentos civis e das Forças Armadas.

10 Com a chegada da efeméride dos 60 anos do golpe civil-militar de 1964, este Dossiê busca abrir espaço para as inúmeras reflexões que vêm sendo produzidas sobre os impactos desse período na sociedade brasileira no pós-ditadura (1985-2024). Embora tenha sido marcada por uma ampla movimentação social e por garantias à sociedade brasileira, a transição política neste país pós-1985, que culminou na Constituição de 1988, foi controlada pelas elites políticas civis e, em última análise, pelos militares. Portanto, cabe aos historiadores que estudam o tempo presente analisar as diferentes camadas, limites e contradições deste período de redemocratização e como isso tem se processado na Nova República.

A ascensão eleitoral da extrema direita, fenômeno transnacional, também impactou o tempo recente brasileiro. As discussões sobre os legados autoritários estiveram no centro do debate público, sobretudo durante os anos do Governo Bolsonaro (2019-2022), momento no qual testemunhamos o fortalecimento da presença militar, depois de décadas, nos principais postos do Poder Executivo.

A escalada extremista se intensificou após a derrota eleitoral da candidatura à reeleição de Jair Bolsonaro, em novembro de 2022. Esse cenário de ebulição política teve como ápice os atos antidemocráticos do dia 8 de janeiro de 2023, em Brasília, Capital Federal. Contudo, os



planos golpistas dos setores bolsonaristas – civis e militares – recentemente relatados pela Polícia Federal, em novembro de 2024, surgem como “tristes lembranças” das consequências e resultados de uma prática, até então “esquecida” na rotina democrática da Nova República: a intervenção militar.

Com suas lembranças e esquecimentos, os 60 anos do golpe de 1964 fizeram reemergir novas ameaças ao Estado Democrático de Direito. É importante frisar que todos esses acontecimentos ocorrem em paralelo aos eventos, publicações e discussões sobre os 60 anos do golpe. Portanto, esse quadro reforça a pertinência deste Dossiê e evidencia uma das premissas dos pesquisadores da temática: o papel social.

A presença dos “fantasmas de 64” reforça a necessidade de intensificarmos os debates na cena pública brasileira sobre temas como: democracia, golpes, autoritarismo e a presença dos militares na política. Essa mesma efeméride trouxe à tona novos temas que se popularizaram nos últimos anos, entre eles: negacionismo histórico, disputas pelo passado e as discussões sobre a presença da ditadura em todo o país.

Nesse sentido, os organizadores deste Dossiê, ao promover uma reflexão sobre fatos ligados a este evento histórico de tamanha envergadura, têm plena convicção de que, na atual conjuntura brasileira – em que a palavra “golpe” voltou às primeiras páginas das mídias – os historiadores da história do tempo presente têm um grande desafio e um papel a desempenhar.

No Dossiê *O Brasil no pós-ditadura: as repercussões do golpe e da ditadura no Tempo Presente (1985-2024)* estão reunidos diversos artigos que destacam a multiplicidade deste momento historiográfico: como as es-



querdas se rearticularam na Nova República; o papel desempenhado por intelectuais neste momento; a preocupação com o ensino da história da ditadura; as expressões da extrema direita; a historiografia regional sobre a ditadura; e as dimensões e potencialidades das pesquisas sobre os trabalhos das Comissões da Verdade.

Angélica Müller (UFF)

Pedro Ernesto Fagundes (UFES)

Organizadores